

A Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp) projeta uma rentabilidade de 7,5% para os fundos de pensão no final de 2015. Se confirmado, o resultado ficará bem abaixo da taxa parâmetro (meta atuarial) de 17%. Entre janeiro e agosto, as entidades registraram rentabilidade de 5,52%, também abaixo da taxa parâmetro (meta atuarial), calculada em 11,71%.

De acordo com o presidente da associação, José Ribeiro Pena Neto, ano passado foi negativo tanto em relação à renda variável como em renda fixa. “Em renda variável, apenas investimento no exterior ficou positivo, devido ao dólar. Mas no geral, teve performance fraca no ano passado. Em renda fixa, para quem estava marcado a mercado, o resultado também foi ruim, pois tivemos grande aumento nas taxas de juros ao longo do ano, o que refletiu na rentabilidade”, explica. O executivo destaca que a inflação piorou o cenário para as fundações. “Para uma inflação acima de 10%, 7,5% é uma rentabilidade negativa. O grande ‘vilão’ das fundações ano passado foi a inflação”, destaca Pena Neto.

Novo ano – Para 2016, a perspectiva começa a ser mais otimista em relação a uma estabilidade a partir da metade do ano, avalia Pena Neto. “Tivemos mudanças no governo, e agora aguardamos o país sair da turbulência. Será um ano decisivo para retomar a estabilidade”, diz. O executivo destaca que a entrada de Nelson Barbosa no Ministério da Fazenda gera expectativa de que o governo olhe mais para a previdência complementar este ano. “Nelson Barbosa conhece a previdência complementar a fundo. Ele inclusive já atuou como nosso consultor em 2014 e começou um trabalho sobre o setor, que foi continuando pelo economista José Roberto Afonso. Esperamos que ele acolha essa continuidade do trabalho que ele mesmo iniciou e acolha as recomendações feitas nos estudos”.

O executivo explica que o estudo realizado aborda a necessidade do Brasil de ter mais poupança e, ao mesmo tempo, de prover a população com sistema previdenciário adequado. “Nada melhor que a previdência para poupar. É melhor instrumento de longo prazo. Esse trabalho mostra o que precisa ser feito e frentes que precisam ser atacadas para que se incentive isso”, salienta.

Previc e SPPC - Em relação à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), que agora conta com José Roberto Ferreira como superintendente, Pena Neto espera que o trabalho já realizado com Carlos de Paula ao longo do ano passado tenha continuidade. “José Roberto estava na equipe do Carlos de Paula, acompanhava e apoiava suas iniciativas. Acredito que a continuidade do trabalho que estávamos fazendo não deve mudar”, salienta.

A ida de Carlos de Paula para a Secretaria de Políticas de Previdência Complementar (SPPC) significa, na visão de Pena Neto, que o Ministério da Previdência continuará olhando com bons olhos a previdência complementar. “Lamentados a saída de Jaime Mariz, que foi fundamental para a previdência complementar nos últimos cinco anos e, inicialmente, ficamos apreensivos sobre quem iria assumir sua função na SPPC. Mas a entrada do Carlos de Paula nos dá boas expectativas em relação à atuação do governo. Ainda assim, é preciso que os ministérios da Fazenda e do Planejamento olhem mais para a previdência complementar esse ano, pois em 2015 isso não foi feito”, salienta.

**Fonte:** [Investidor Institucional](#), em 07.01.2016.